

Papers do NAEA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 308

METODOLOGIA COMPARATIVA E ESTUDO DE CASO

Josep Pont Vidal

Belém, agosto de 2013

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Fábio Carlos da Silva

Diretor Adjunto

Durbens Martins Nascimento

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho Editorial do NAEA

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profª. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 308

Recebido em: 05/07/2013.

Aceito para publicação: 10/08/2013.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

METODOLOGIA COMPARATIVA E ESTUDO DE CASO

Josep Pont Vidal¹

Resumo:

Os estudos comparativos têm chegado ao auge nos últimos anos, com pesquisas de fenômenos ou instituições dentro de um mesmo país, ou entre vários países ou regiões, sendo cada vez mais imprescindível para analisar as causas e os resultados concretos de determinadas políticas públicas, mas também para analisar processos de mudança social, avaliação de programas, projetos, políticas públicas e sociais e na administração pública. Expõem-se diversas lógicas na formulação de estudos comparados: i) análise histórico-comparativa; ii) análise de casos paralelos (lógica hipotético-dedutivo); iii) por contraste de contexto (tipos ideais); iv) macrosocial; v) comparação etnográfica. Na segunda parte do escrito expõe-se a lógica metodológica e os componentes para a formulação do estudo de caso.

Palavras-Chave: Análise comparativa. Estudo de caso. Pesquisa exploratória e descritiva. Metodologia qualitativa.

¹ Professor e pesquisador do Núcleo Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará (UFPA).

COMPARATIVE METHODOLOGY AND CASE STUDY

Abstract:

Comparative studies have peaked in recent years, with research of phenomena or institutions within a country or between countries or regions, increasingly essential to analyze the causes and the concrete results of certain public policies, but also to analyze processes of social change, evaluation of programs, projects, public and social policies and public administration. Expose themselves to various logical formulation of comparative studies: i) historical-comparative analysis, ii) analysis of parallel cases (hypothetical-deductive logic), iii) contrasting context (ideal types), iv) macrosocial v) ethnographic comparison. In the second part of writing exposes itself to logical and methodological components for the formulation of the case study.

Keywords: Comparative analysis. Case study. Exploratory and descriptive search. Qualitative methodology.

Introdução

Este texto tem sua origem na disciplina “Metodologia de pesquisa comparada”, ministrada nos cursos de mestrado de Serviço Social e no curso de mestrado de Sociologia, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trata-se, tão somente, de uma introdução do tema apresentada de forma pedagógica sobre este tipo de metodologia de pesquisa, registrada com alguns exemplos de pesquisas procedentes de diversas áreas do conhecimento.

Os fenômenos das sociedades atuais se caracterizam pela complexidade e dificuldade de analisá-los e explicá-los, como constata o sociólogo português Souza Santos (2000), em sua hipótese do “desperdício da experiência”, ao indicar a insuficiência das teorias e dos instrumentos teóricos e metodológicos disponíveis para captar a amplitude e a complexidade dos fenômenos sociais. Quando se trata de comparar diferentes cenários tais como regiões, países, processos, ou metodologias (STEPHANOU, 2005; CORREA, 2012), a pesquisa adquire um maior grau de sofisticação ao inserir variáveis de caráter cultural, além de variáveis qualitativas e quantitativas e os correspondentes indicadores. Frente aos desafios sociais, econômicos políticos e ecológicos em escala planetária, faz-se mister a comparação causal e entre diferentes países e regiões. Neste contexto, têm surgido numerosos informes internacionais como resultado de instituições, grupos e redes de pesquisas que focalizam estudos comparados e de caráter multidisciplinar (IUCN², UNESCO, CARICOM³, NAFTA⁴, OCDE, CEPAL, entre outros organismos internacionais).

O desenvolvimento de uma metodologia comparativa específica e de aperfeiçoamento de técnicas e indicadores aparece como imprescindível neste processo. Quando se trata de comparar unidades diferentes, sejam elas regiões, países ou processos de mudança, a complexidade aumenta devido às diferenças culturais existentes, além da configuração de variáveis, fontes de dados disponíveis produzidas e construídas a partir de diferentes conceitos, técnicas e metodologias utilizadas.

Os estudos comparativos têm chegado ao auge nos últimos anos, com pesquisas de fenômenos ou instituições dentro de um mesmo país, ou entre vários países ou regiões, sendo cada vez mais imprescindíveis não apenas na Economia e na Ciência política, para analisar as causas e os resultados concretos de determinadas políticas públicas, mas também nas Ciências sociais e humanas, para analisar processos de mudança social, avaliação de programas, projetos, políticas públicas e sociais e na administração pública. E este interesse se deve a várias razões.

² *International Union for Conservation of Nature.*

³ CARICOM: *Caribbean Community*

⁴ NAFTA: Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

Por um lado, devido às profundas e rápidas transformações e mudanças sociais que têm ocorrido em todos os países, regiões e cidades, faz-se necessário analisar as causas e os processos que desencadeiam a mudança e como uma variedade de causas resulta em mudanças diferentes no tempo e no espaço. A mudança social que ocorre requer, desde a Sociologia e até as Ciências sociais, uma análise não somente dos processos fundamentais a partir da utilização de teorias gerais, mas da necessidade de recorrer à análise dos processos históricos, posto que a capacidade de cada sociedade de interpretar e integrar a mudança depende em grande medida de seu processo histórico recente na construção do Estado, das instituições e da sociedade civil. Na administração pública e na gestão pública, os estudos comparativos permitem vislumbrar e analisar as causas dos déficits na gestão e sugerir propostas imediatas para otimizar os modelos de gestão (KETTLE, 1998; PLISCOFF; MONJE, 2003). Na análise dos movimentos sociais, o estudo comparado tem sido fundamental para sua compreensão. Neste sentido, são numerosos os estudos que analisam este fenômeno para estabelecer suas similitudes e diferenças, focalizando os movimentos feministas, ecologistas e pela paz, emergidos nas décadas de 80 e 90. As variáveis comuns nestes estudos foram: i) A tipologia de estruturas; ii) número de “afiliados”; iii) princípios organizacionais; e iv) estrutura de oportunidade política de cada país (MCADAM; MCCANRTHY; ZALD, 1996; RUCHT, 1996, entre outros).

Por outro lado, no contexto específico dos países da América Latina, aparecem também profundas diferenças existentes entre países em relação à capacidade de desenvolvimento dos governos e das instituições para dar resposta às demandas sociais a partir da criação de políticas públicas. Um caso atual que mostra a necessidade de estudos comparativos é o processo de integração, criação e desenvolvimento de estruturas supranacionais (Alca, Mercosul, Mercado Comum Centro-Americano, Comunidade Andina, Organização Tratado Cooperação Amazônia, OTCA, entre outras). Em um nível nacional, a comparação é necessária entre os estados, as regiões e os municípios, aparecendo no Brasil numerosos centros de investigação e institutos estaduais, embora muitas vezes com bases de dados e variáveis diferentes, que dificultam a comparação.

Estas demandas de estudos comparativos aparecem no Brasil, onde coexistem regiões de um elevado IDH (região e estados do Sul) e outras com um IDH similar a alguns países de baixo desenvolvimento. Também dentro das próprias regiões aparecem estas discrepâncias como é o caso de regiões do Estado do Pará, no qual a renda per capita de alguns municípios representa menos de um quarto da renda per capita nacional. O estudo causal das diferentes regiões pode aportar propostas para superar esta situação de baixo desenvolvimento.

Todos estes fenômenos têm significado um importante impulso para este tipo de estudo e mostra a necessidade de seguir aperfeiçoando o marco lógico, a metodologia, as técnicas e os indicadores respectivos, dadas as grandes diferenças existentes na área. Igualmente, para a execução,

planejamento e avaliação de projetos dentro de um mesmo país, este tipo de estudo se torna cada vez mais necessário.

Os estudos comparativos podem servir para o conhecimento e a aprendizagem mútua de experiências, tal como mostram estudos e seminários incentivados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (JARQUIN; CALDERA, 2000), em que se comparam experiências e técnicas participativas para o desenvolvimento educativo, participativo, rural e de valorização econômica. A título de exemplo, cabe ressaltar o estudo de José Rosero (2000), *Análise comparativa do PMRC* do Equador e o PMACI do Brasil.

O objetivo deste texto é tríplice. Em primeiro lugar, mostrar como as diferentes metodologias comparativas correspondem a diferentes marcos e construtos teóricos e em que casos concretos se pode aplicá-los. Em segundo lugar, mostrar que os estudos comparativos, quer sejam de “Sociologia comparativa”, “Pedagogia comparativa”, “Educação comparativa”, “Economia ou de Ciência política comparada”, “Gestão pública comparativa”, não constituem um fim em si mesmos, antes podem contribuir para que os governantes e os responsáveis pela tomada de decisões tomem a decisão mais justa e correta em cada momento. O método comparativo pode ajudar para que se aprenda com os erros cometidos e com as consequências de determinadas decisões. Ajuda também a tomar a decisão mais acertada em cada caso. Em terceiro lugar, mostrar as possibilidades e dificuldades pelas quais perpassa cada método, especialmente quando se trata da uniformização de dados secundários obtidos e de construções sociais, posto que, por exemplo, conceitos como o *status* ou posição social de uma categoria profissional, de um trabalho, a ocupação ou a cultura política, podem ter um significado totalmente diferente de um país para outro. Estes objetivos são ilustrados com diferentes métodos de pesquisa comparativa, centrando-se na análise histórico-comparativa indicada para estudos de mudança social e na análise entre países, indicada para os estudos causais.

Com base nos estudos comparados e para a compreensão das possibilidades relativas à construção das teorias e explicações causais, são expostas reflexões e propostas operacionais e técnicas sobre a construção e desenho dos estudos de caso.

1. A pesquisa social comparada

Dependendo do tipo de estudo que se queira realizar ou do posicionamento teórico de partida, os cientistas sociais utilizam raciocínios diferentes. Estes raciocínios têm sido extensamente tratados e analisados (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2001). Diversos autores apontam a existência de duas, três, quatro ou mais métodos (MUCCHIELLI, 2001) de pensamentos, embora todos impliquem a existência de pelo menos duas formas principais de raciocínios. O pensamento dedutivo, inspirado nos postulados de Durkheim, um raciocínio que antepõe um posicionamento

teórico ou um ponto de vista teórico prévio à análise do estudo empírico e da evidência empírica e o pensamento indutivo, inspirado em Max Weber, o qual a partir do estudo de dados empíricos e evidências empíricas formula propostas teóricas.

Os fenômenos sociais são muito complexos, por isso é preciso analisá-los em todas as suas causas, as quais, por sua vez, combinadas de formas diferentes, segundo cada caso, produzem um resultado. Na Sociologia e nas Ciências sociais e humanas em geral, a análise da causa constitui uma forma ideal de análise. A análise comparativa nas Ciências sociais é um aspecto essencial da pesquisa. Habitualmente, é utilizada para comparação de unidades de caráter macrosocial, ou seja, a análise de sociedades em sua totalidade. Com a forma de raciocínio comparativa, é possível descobrir regularidades e transformações ou construir modelos e tipologias de fenômenos.

O método comparativo não é uma simples técnica para ser aplicada em macroestudos, mas uma perspectiva para abordar problemas e fenômenos sociais, com os quais está intimamente vinculado em questões de caráter epistemológico e de procura e construção do conhecimento. Embora tenha sido Karl Marx quem, possivelmente, tenha iniciado a comparação histórica em seus estudos sobre as sociedades pré-capitalistas (*O manifesto comunista*), foram os primeiros sociólogos como Auguste Comte, Émile Durkheim e Max Weber que desenvolveram este método.

Os estudos comparativos se iniciaram na primeira metade do século passado com os estudos dos sistemas educativos em vários países. Destes estudos, surgiram os fundamentos da disciplina “Educação comparativa”, que tem como variáveis os índices de escolaridade, as causas do analfabetismo escolar, sistemas universitários, estruturas curriculares etc. Algumas décadas mais tarde, surgiram as disciplinas “Política comparativa” e “Sistemas políticos comparativos” a partir de variáveis como os modelos eleitorais, a formação de partidos, participação eleitoral, papel do Senado e a teoria democrática comparada (O'DONELL, 1999; LIÑAN, 2008). A disciplina “Políticas públicas comparativas” se baseia na tipologia e no alcance das políticas sociais em diferentes países e no papel do “Estado de bem-estar” na execução destas políticas. Mais recentemente o método tem sido ampliado para a gestão pública comparada (PLISCOFF; MONJE, 2003).

Outro objetivo do método comparativo é a interpretação dos **fenômenos históricos** significativos, entendendo fenômenos históricos como os processos de mudança social, a análise da ação coletiva, os movimentos sociais ou o papel deste tipo de atores nas transformações estruturais das sociedades, entre outros.

As estratégias de pesquisa comparativa buscam oferecer respostas a questões sociais a partir da comparação. Em nível de estratégia de pesquisa, ela pode ser dividida em duas formas básicas. A primeira, o estudo de casos, que tem suas raízes na sociologia de Max Weber; e a segunda, o estudo de variáveis, que tem sua origem em Auguste Comte e Emile Durkheim. Não irei aqui aprofundar a

complexidade da sociologia elaborada pelos referidos sociólogos, mas simplesmente expor de forma sucinta como eles fundamentaram a comparação nas Ciências sociais.

Se observamos as diversas definições de metodologia comparada que aparecem em diversas obras e escritos, veremos que os autores situam a ênfase em diferentes aspectos epistemológicos. O método comparativo pode ser considerado como “inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais” (Schmitt; Schneider, 1998, p.1), e “pertence a uma das formas mais antigas para o exame da realidade” (PICKEL; PICKEL; LAUTH, 2009). Outros autores reforçam o aspecto da aprendizagem mútua: “é uma abordagem baseada no respeito mútuo” (...) sendo a vez “um processo estruturado e um processo interpessoal” (...) na vontade de incluir, em abrir-se ao outro” (LESEMANN, 200?). Especificamente referindo-se à área dos estudos na Ciência Política, Arend Lijphart (1977) define a política comparada como sendo preocupada por questões relativas ao “método”. Nas últimas duas décadas, tem aparecido uma “nova geração” de estudos metodológicos na Ciência política comparada cujas aportações e problemas metodológicos têm sido extensamente tratados, de tal forma que se fala inclusive de uma “nova metodologia qualitativa na Ciência Política” (REZENDE, 2011, p. 303).

1.1. Estudo de variáveis

O estudo de variáveis tem como principal objetivo comprovar algumas hipóteses abstratas que derivam de teorias. Parte-se pois da estratégia metodológica hipotético-dedutiva. A estratégia de análise se baseia no método estatístico, o qual implica a manipulação conceitual dos dados empíricos para estabelecer e descobrir relações entre variáveis. A utilização da metodologia comparativa ou do método estatístico depende de que pergunta se quer responder.

2. A análise comparativa: reduzida quantidade de casos (*small-n*)

A comparação é necessária em disciplinas como Economia, Ciências sociais e Ciência política. Nos últimos anos, também têm aparecido pesquisas na área da administração pública. Na Economia, é importante para poder analisar como, a partir de causas diferentes, elas se combinam de forma distinta para produzir resultados concretos. Na Sociologia é útil, especialmente para comparar fenômenos macrossociais e gerais e para analisar fenômenos que acontecem em duas ou mais sociedades. Uma utilização prática da análise histórico-comparativa é a possibilidade de analisar a validade de uma teoria e uma hipótese formuladas a priori com base na análise de casos paralelos.

O trabalho na sociologia comparativa tem lugar em dois níveis: no nível macros- sociológico, no nível de sistemas e no nível intrassocial ou dentro do sistema. Há, contudo, sociólogos que mantêm

o posicionamento de que não é possível desenvolver teorias generalizantes. E, portanto, consideram que a Sociologia comparativa também é útil para a análise de fenômenos microsociológicos. Uma análise microsociológica no campo da educação pode ser o estudo da interação entre os alunos e os professores em diferentes aulas.

A necessidade de compreender de forma global os problemas das sociedades atuais força a Sociologia a abrir-se a outros campos de estudo, sendo um deles a sociologia histórica. A sociologia histórica é fortemente influenciada pela História, com a qual mantém um ponto comum, sendo difícil, às vezes, separar o início do término da Sociologia e da História, que pode ser definida como “análise sociológica aplicada a fenômenos históricos” (CAIS, 1997, p.65). Esta disciplina se baseia no estudo de sequências históricas para estudar especialmente o fenômeno da mudança social a partir de um ponto de vista sempre comparativo. Dentro deste campo, podem ser estabelecidas duas tendências de estudo:

- A sociologia histórica analítica, analisando especialmente os fenômenos sociológicos.
- A sociologia histórica narrativista, dando mais ênfase aos fatos históricos.

Outro aspecto importante a se destacar nas pesquisas empíricas se refere às fontes utilizadas. Alguns autores sustentam que, particularmente, os historiadores utilizam, especialmente, fontes primárias como jornais, informação gravada ou material estatístico compilado durante o tempo da pesquisa, diferentemente dos sociólogos, que utilizam basicamente fontes secundárias, ou seja, dados compilados da análise das fontes primárias. Com base na microsociologia e na análise dos processos de construção da sociedade, fontes primárias como observação participante ou as entrevistas em profundidade são também um instrumento indiscutível de obtenção de dados sobre a realidade social.

Embora somente nos últimos anos e com base na Sociologia, os estudos comparativos tenham se popularizado, as primeiras pesquisas datam de inícios da década dos anos 60, centradas nos processos de mudança social e de análise dos processos de desenvolvimento entre diferentes tipos de sociedades. Nesta área, cabe destacar o estudo comparativo sobre os processos de mudança social, fundamentado em técnicas basicamente de caráter qualitativo, ainda que se incluam dados quantitativos de caráter estatístico. Reinhard Bendix, na obra *Nation Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order*, de 1964, analisa o desenvolvimento de sistema de autoridade nos países da Europa Ocidental, Rússia, Japão e a Índia alicerçado dêem dados qualitativos procedentes de fontes secundárias, entre as quais se incluem também dados estatísticos (regressões) para analisar o caso da Índia.

Especificamente focalizado na Sociologia do desenvolvimento, o livro de M.Paige, *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World* (1975), expõe

quatro tipos de conflitos entre as classes rurais. Isso se ilustra com uma mostra estatística que engloba 135 setores diferentes de exportação agrária em 70 países do chamado Terceiro Mundo. Como estudo de caso, ele se centra em três países - Peru, Angola e Vietnam - utilizando dados qualitativos para obtenção da informação. Esta fase do estudo Paige aporta também possíveis alternativas para os conflitos sociopolíticos destes três países. A nível metodológico, o estudo é de caráter quantitativo, embora utilizando também dados qualitativos.

A economia é a área do conhecimento que possivelmente mais estudos de caráter comparativo tem produzido, sendo um exemplo o estudo de Pena e Amin (2005), “Análise Comparativa da Dinâmica das Exportações do Brasil e Coreia do Sul no Comércio Internacional: uma aplicação da matriz de competitividade 1985-2000”. Este estudo parte de uma hipótese central, segundo a qual as políticas públicas protecionistas do mercado interno no Brasil se estabeleceram de tal forma que a indústria tem mantido um mercado interno estagnado e ausente da competência internacional. O setor industrial foi, desta forma, desmotivado pelas políticas públicas e pelas ações governamentais protecionistas, enquanto na Coreia do Sul se implementou outro tipo de estratégia que contribuiu para o êxito das suas exportações.

O estudo se fundamenta em dois objetivos: 1) analisar a posição competitiva das exportações brasileiras e sulcoreanas a partir da matriz de competitividade entre 1985 e 2000; e 2) analisar o papel das políticas públicas influenciadas pelo modelo de substituição de importações que determinou o processo de inserção dos países. Como indicadores do primeiro objetivo estão: 1) participação global de mercado; 2) participação do mercado; 3) contribuição; 4) contribuição do setor; 5) especialização; e 6) participação relativa. As fontes de dados provêm dos informes estatísticos do banco de dados da Cepal e do banco de dados das Nações Unidas para o Comércio (Comtrade) referentes à classificação de produtos exportados. Segundo a nota metodológica da pesquisa: “Será utilizada a classificação padrão do comércio internacional com desagregação dos setores de um e quatro dígitos, procurando trabalhar com dados extremamente desagregados e concomitantemente buscando identificar especificidades das estruturas produtivas” (p. 51).

Ainda que o estudo anterior focalize dois países, a pesquisa de Nunes e Moraes (2005), “Análise de Co-Movimentos entre os Mercados de Ações da América Latina e Ásia”, foi feita a nível macroeconômico, posto que compara diversos países de diversos continentes. O objetivo desta pesquisa é analisar o movimento entre os mercados emergentes de ações da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), juntamente com os três maiores mercados de ações (Estados Unidos, Japão e Grã-Bretanha), ao longo das décadas dos anos 80 e 90. Como metodologia, foi feita uma comparação dos coeficientes de correlação entre os países para cada uma das duas décadas, de testes de estabilidade intertemporal da matriz de covariâncias e de estudo dos comovimentos, utilizando análise de componentes principais (p.68). Como indicadores principais, foram utilizados:

- 1) Capitalização de mercado/PIB (%);
- 2) Número de companhias listadas;
- 3) Valor negociado / PIB (%); e
- 4) Volume de negócios (valor negociado/capitalizado de mercado).

Os índices das ações analisadas foram extraídos do Banco de Dados *Datastream International*, da Universidade de Columbia (EUA).

A emergência dos denominados Novos Movimentos Sociais durante a década dos anos 70 motivou diversos estudos transnacionais, com o objetivo de comparar as formas de ação, de mobilização e os valores pelos quais a cidadania se mobilizava. *Culture Shift in Advanced Industrial Society* (1990) e *The Silent Revolution* (1977) foram dois estudos comparativos pioneiros na sociologia da cultura feitos por Ronald Inglehard, que analisam e comparam Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha e Austrália. A teoria pós-materialista de Inglehard se baseia na hipótese da “ausência”, e a teoria das necessidades do psicólogo Maslow, na hipótese da socialização. A primeira teoria afirma que as prioridades de um indivíduo refletem o seu entorno socioeconômico. Desta forma, a nível subjetivo, são considerados objetos escassos os bens mais preciosos. A hipótese da socialização se baseia na compreensão de que a relação entre o entorno socioeconômico e as prioridades de valores não é uma questão de adaptação. Parar no tempo tem um peso importante, posto que as prioridades de uma pessoa refletem em grande parte as condições dominantes durante seus primeiros anos. Na hipótese da ausência, Inglehart reduz a hierarquia de valores do psicólogo Maslow a uma tipologia de dois níveis. O primeiro compreende uma série de necessidades físicas e de segurança, e o segundo, aspectos sociais como a participação ou as necessidades estéticas ou a qualidade de vida, entre outras.

Nesta linha de pesquisa, especificamente com base na tese de doutorado de Josep Pont Vidal, “*Condiciones Sociales sobre el origen de los Nuevos Movimientos Sociales. Analisis comparativo entre la República Federal Alemana y España. Ejemplo de estudio: el movimiento por la paz*” (1997), este estudo comparativo abarca dois países. Como hipótese principal, ele se baseia nos objetivos sistêmicos dos Novos Movimentos Sociais e nas possíveis diferenças e similitudes entre os dois países. Como hipóteses secundárias, foram estabelecidas a mudança secular de valores dos dois países, a insatisfação política e a capacidade de construção de organizações mobilizadoras. Foram estabelecidas, com base em fontes primárias (entrevistas semiestruturadas) e secundárias como *World Value Survey*, *EUROSAT*, *Centro de Pesquisas Sociológicas* (Espanha), *Statistisches Bundesamt* (Alemanha), três variáveis principais: 1) processo de modernização; 2) cultura política; e 3) mudança de valores na dimensão do materialismo e pós-materialismo.

Possivelmente o Serviço Social seja uma das áreas do conhecimento em que os estudos comparativos são mais recentes. A partir da área do conhecimento do Serviço social, a professora da Universidade de Brasília, a pesquisadora Rosa Stein, em sua pesquisa “Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade” (2008), identifica as características e as estratégias de transferência de renda a partir da experiência em cinco países da América Latina: Brasil, Argentina, Equador, México e Honduras. O objetivo é identificar as características principais dos programas de enfrentamento à pobreza dos mencionados países e dos países do capitalismo central. Como aspecto comum, aparece uma renda garantida para todos os cidadãos, embora com diferenças locais, dependendo de cada país.

A utilização dos fatos históricos de forma comparativa nas pesquisas macrosociais se baseia em três construções lógicas, que dão lugar a três tipos de análise, tendo cada um deles algumas vantagens e limitações:

- A análise paralela (análise histórico-comparativa);
- A análise de contraste de contextos (contrastação de contextos); e
- A análise de causalidade macrosocial (histórico-comparativa macrosocial).

A seguir, o detalhamento destes tipos de análises.

3. Análise histórico-comparativa

A sociologia histórica é uma corrente da sociologia com estudos do tipo trans-históricos, transdisciplinares e multiparadigmáticos.

- Trans-históricos, não se limitam ao estudo de uma época ou de um processo de mudança, tampouco ao âmbito da história.

- Transdisciplinares, não se limitam à mudança social, ao contrário, são formados a partir de diferentes especialidades da sociologia.

- Multiparadigmáticos, corrente para a qual convergem diferentes orientações teóricas tais como marxistas (Wallerstein), correntes weberianas (Bendix), funcionalistas (Smelser).

A utilização da história na sociologia comparativa para estudar fenômenos macrosociais – como pode ser o estudo comparativo das sociedades – tem, contudo, uma série de construtos que variam entre si. Estes estudos podem se resumir basicamente em três: primeiro, a análise histórico-comparativa paralela; segundo, a contrastação de contextos; e terceiro, o método histórico-comparativo macrosocial.

Antes de desenvolver as diversas formas de enfoque histórico-comparativo, apresentarei um exemplo que ilustra este tipo de análise. Charles Tilly (1984), como pesquisador da ação coletiva, dos

movimentos sociais e dos processos de mudança históricos, distingue algumas variantes segundo o material estudado e o alcance dos conceitos analíticos construídos. Desta forma, distingue o estudo a partir do estudo de muitos ou poucos casos históricos – como pode ser o fenômeno do surgimento dos movimentos sociais em geral nos vários países – ou a partir do que sejam generalizáveis ou específicos – como pode ser o caso do estudo de um movimento social concreto e sua emergência em diversos países.

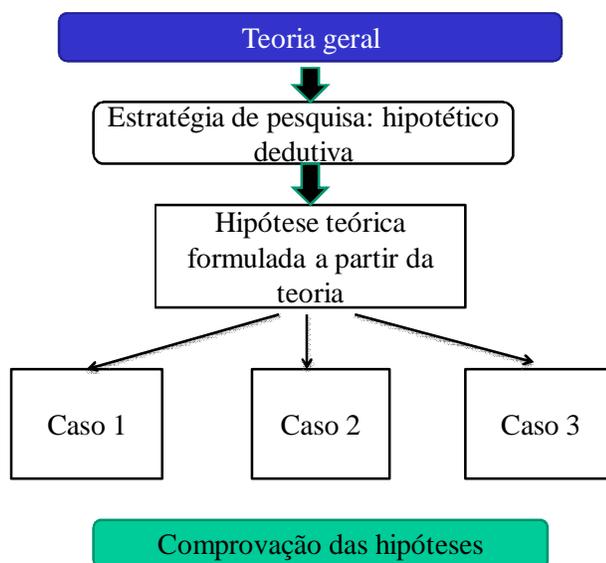
3.1. Análise de casos paralelos, hipotético-dedutivo

A análise histórico-comparativa é feita com base nos casos paralelos e tem como objetivo mostrar que a teoria apresentada funciona nos casos analisados. Neste construto lógico, são comparados casos históricos de forma paralela. O pesquisador parte de uma hipótese elaborada a priori, de caráter hipotético-dedutivo, construída a partir de um marco teórico geral. Esta hipótese tem que ser válida ou não a partir do momento em que for aplicada em diferentes casos empíricos que a ilustrem.

O pesquisador realiza a tarefa de “chegar” às classificações previamente estabelecidas com dados empíricos, os quais servirão para confirmar ou refutar o modelo teórico e a hipótese. Isto requer um trabalho que instrumentalize conceitos teóricos gerais com fins históricos concretos que possam ser analisados empiricamente. E por fim, se os dados empíricos adquiridos não puderem confirmar o modelo teórico inicialmente proposto, este deve ser modificado.

Auguste Comte, em sua tentativa de procurar um modelo para a nova disciplina a que denominara Física social, se inspirou nos fenômenos naturais e nas ciências experimentais, procurando estabelecer na Sociologia leis invariantes. Para fundamentar a nova ciência, em uma ciência objetiva, ressalta a necessidade de procurar no método histórico o complemento ao positivismo. As leis naturais imperantes na natureza poderiam ser descobertas pela Sociologia. Para isso, sua proposta de método comparativo se inspirou na Biologia, posto que a Biologia sempre tem se utilizado da comparação para analisar as diferentes partes dos organismos. A dedução de Comte é que a Sociologia também poderia se basear nos mesmos fundamentos que a Biologia (Figura 1).

Figura 1. Comparação a partir de uma estratégia hipotético-dedutiva.



Fonte: Adaptado de Caïs (1997).

Exemplo de estudos. Comparação de casos históricos sobre a persistência e o declínio de impérios burocráticos centralizados. A análise explica a teoria nas fases que ilustram sucessos históricos concretos em cada caso estudado. Parte-se do processo de urbanização em diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades pela comparação de regimes políticos e de processos sociais em nove civilizações ou sociedades diferentes. O estudo se baseia na análise de padrões institucionais e indica em que medida a combinação de forças políticas e culturais condiciona a divisão social do trabalho.

3.2. Contrastação de contexto

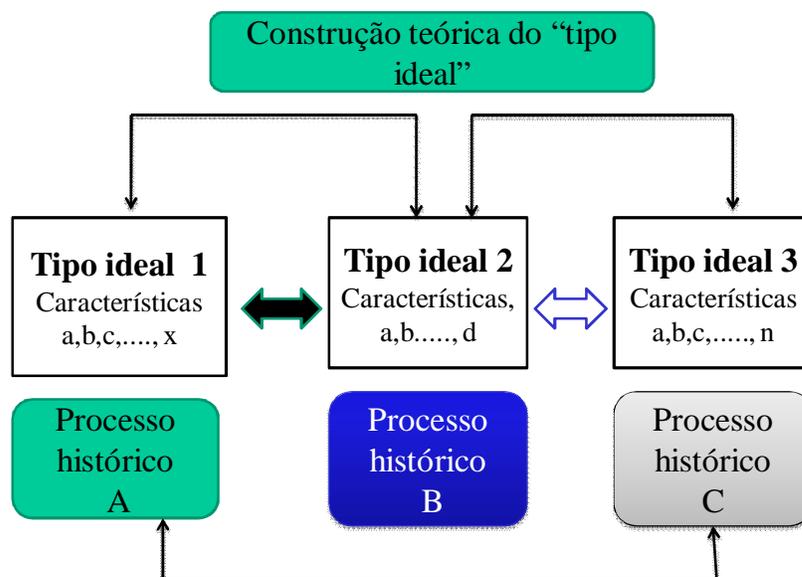
A contrastação de contexto tem como objetivo mostrar as particularidades únicas e não repetíveis de cada caso a estudar para mostrar que estas particularidades podem afetar o funcionamento dos processos sociais em cada caso, sem que seja possível que se repita em outro caso. As divergências entre os casos analisados são particularidades contextuais, ou seja, cada caso constitui um exemplo específico diferente do outro, o que impossibilita o estabelecimento de generalizações. A

comparação analítica utiliza casos ideais para estabelecer as particularidades em cada caso concreto no que se refere ao ideal.

Max Weber parte do pressuposto de que a sociedade não pode ser interpretada como um simples sistema social. Para Weber, a comparação se estabelece a partir de uma estratégia comparativa entre casos históricos com base em cada um deles em sua singularidade. O “Caso 1”, no qual aparece uma série de características, é comparado com o “Caso 2”, no qual estão presentes algumas das características do “Caso 1”. Este procedimento permite identificar determinados traços singulares em cada caso e outros traços que aparecem apenas em cada um dos casos. Este procedimento pode também vincular cada caso a um determinado processo histórico. Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ([1904-1905] 1977), compara diferentes religiões, e como cada uma delas, em diferentes países e contextos, impulsionou ou freou a racionalização econômica.

Um exemplo de estudo se encontra na análise das formas de modernização política nos países da Europa ocidental contrastando com mudanças semelhantes em outros países, relacionados com aspectos da autoridade pública e privada das sociedades ocidentais. Parte-se das propostas da Idade Média e como estas propostas têm se desenvolvido até os estados modernos. A comparação é feita entre os países da Europa ocidental e Rússia. A partir da experiência europeia, são empreendidos os estudos comparativos das condições que podem favorecer ou não o desenvolvimento da modernidade. A comparação entre diferentes contextos é feita com base na construção, em primeiro lugar, de tipos ideais hipotéticos, sobre os quais serão construídas variáveis que irão estabelecer semelhanças ou diferenças entre eles. Poderão ocorrer casos em que, por exemplo, existam semelhanças entre o “tipo ideal 1” e o “tipo ideal 2”, porém pode ser que não corresponda ao “tipo ideal 3” (Figura 2).

Figura 2. Comparação a partir de diferentes contextos.



Fonte: Elaboração própria.

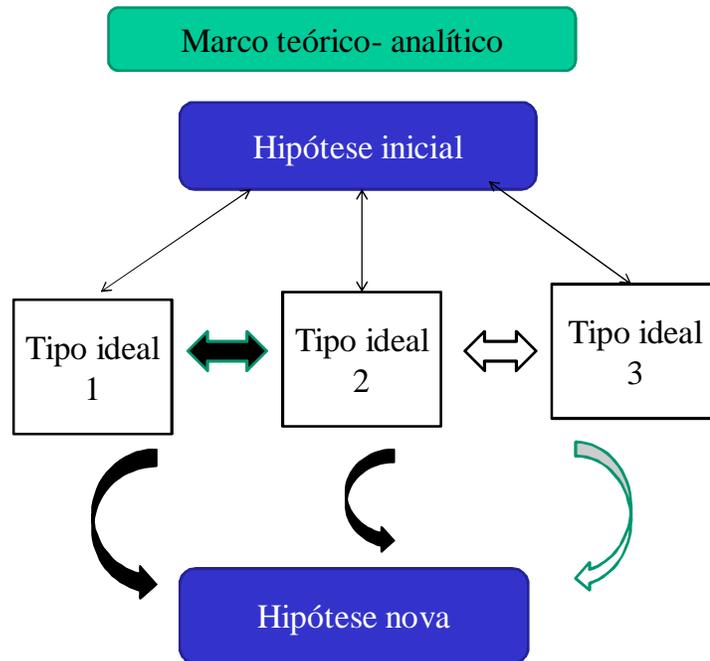
3.3. Construto metodológico histórico-comparativo macrossocial

No construto metodológico histórico-comparativo macrossocial, o objetivo é descobrir causalidades entre estruturas e processos amplos. Parte-se da pesquisa empírica para pôr à prova distintas hipóteses formuladas no início da pesquisa e como isso termina com generalizações novas, que, por sua vez, constituem novas premissas.

A pesar de as premissas metodológicas de Durkheim serem parecidas com as de Comte, estas diferem daquelas em diversos aspectos. Analisando a obra de Durkheim, ficam evidentes seu interesse e a importância que representam os estudos comparativos. Dois elementos aparecem claros: primeiro, a ideia de tratar os fenômenos sociais como coisas – “fatos”; segundo, a explicação causal dos fenômenos. Para submeter os “fatos” sociais ao estudo, é necessário, primeiramente, descobrir as leis da explicação causal. “Um mesmo efeito corresponde sempre a uma mesma coisa”, afirma Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (1985 [1895], p. 12). A explicação causal se baseia no princípio de que o estudo das ações humanas e sociais deve ser feito como nos organismos biológicos, além de descobrir as conexões conformadas pela causalidade. Para poder fundamentar-se

no postulado causal, a sociologia necessita proporcionar ao pesquisador os recursos metodológicos necessários, entre os quais a comparação é de vital importância (Figura 3).

Figura 3. Análise comparativa histórica baseada nos marcos teóricos.



Fonte: Elaboração própria.

3.4. A possível comparação etnográfica

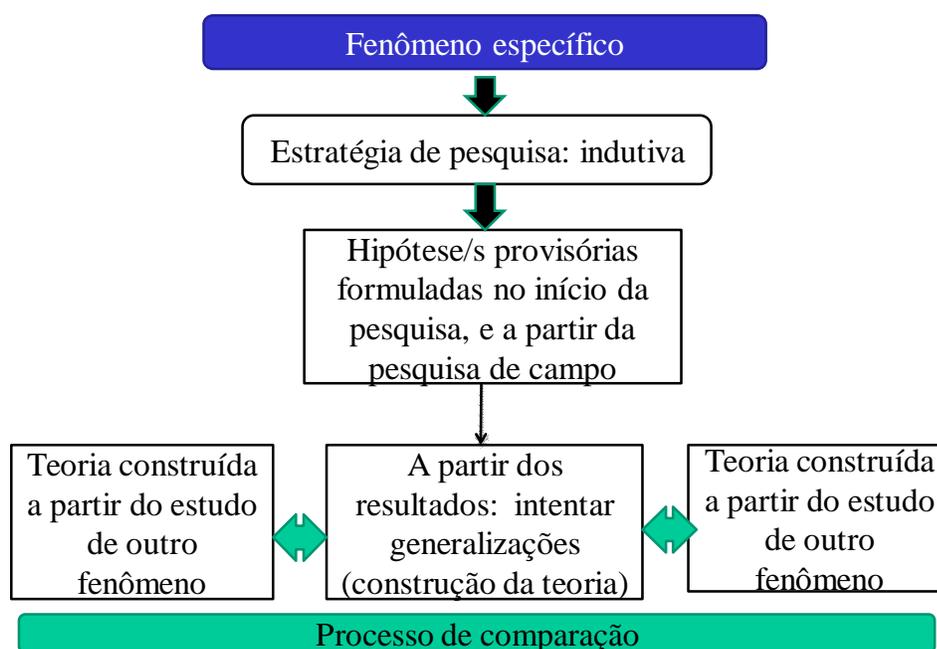
Os métodos de investigação qualitativos se ocupam com os processos que os atores conduzem. Este tipo de métodos pode se referir a três conjuntos de problemas, que, por sua vez, correspondem à finalidade básica da sociologia (SCHIMANK, 2007; ESSER, 2000; BRÜSEMEISTER, 2008). O primeiro problema se refere à “lógica da seleção”, o segundo, à “lógica da situação”, e o terceiro, à “lógica da agregação”.

Pode-se afirmar que a “lógica da seleção” constitui alguns dos pontos centrais da investigação qualitativa, que observa o comportamento dos atores nas situações em que atuam e como influenciam com este comportamento outros atores. A “lógica da situação” se refere ao tipo de “situações” que têm

vivenciado os atores através de sua história de vida. Estas situações podem ser explicadas pelas condições contextuais, posto que elas influenciam as decisões tomadas com base na lógica seletiva de possibilidades. Por último, a “lógica da agregação” se refere a decisões produzidas a partir da ação. Especificamente, a sociologia se ocupa do estudo das “intenções” e interações entre dois ou mais atores.

Este tipo de investigação se baseia na estratégia indutiva, a qual requer uma forma específica de obter informações. A comparação não se faz durante as diferentes fases ou passos da investigação, mas ao final do processo, na fase de formulação de teoria, ao permitir comprovar a validade da teoria formulada, comparando-a com outros marcos teóricos procedentes de investigações qualitativas.

Figura 4. Análise comparativa a partir da indução e de estudos etnográficos.



Fonte: Elaboração própria.

4. Análise entre países o macrorregiões

As análises comparativas entre países utilizam basicamente dados agregados a nível nacional. Este tipo de análise pretende combinar uma estratégia de variáveis com a estratégia de casos. Quando

se faz uma análise entre países, ela pode ser feita com base em um número variável de casos. Para comparar países, é necessário escolher entidades similares e áreas geográficas homogêneas.

Primeiro, a comparação entre países similares. O objetivo é encontrar e descobrir as possíveis similitudes e diferenças entre países. Como exemplo de estudo, pode-se tomar o desemprego nos países da União Europeia como característica comum. Outra forma de focar o estudo é pelas diferenças existentes entre os Estados de bem-estar nos países da União Europeia.

Para buscar analogias entre países, é conveniente na análise concretizar e restringir uma área geográfica que tenha certa homogeneidade em aspectos como o desenvolvimento do Estado de bem-estar, a cultura democrática e política, o nível de vida, o nível de educação etc. Na análise específica de áreas geográficas homogêneas, a pesquisa expressa as vantagens e os inconvenientes. Como vantagem, cabe citar a garantia do controle de variáveis, com o qual se podem descobrir fenômenos causais que provocam as diferenças entre os países. No caso dos países da América Latina, as áreas homogêneas seriam os países do Caribe, países Andinos, pertencentes ao Mercosul, entre outras.

É possível comparar entidades similares com entidades muito diferentes. No primeiro caso, utiliza-se o sistema de escolher áreas geográficas homogêneas, quer sejam no tamanho, no grau de desenvolvimento, na população etc. Com isso, pretende-se buscar analogias entre diferentes países ou unidades de análises. No caso de comparação entre unidades diferentes (países ou regiões), é necessário distinguir entre duas formas. Na primeira forma, contrastam-se países diferentes para identificar características comuns. Estas características comuns têm que permitir especificar um fenômeno com o objetivo de descobrir processos de causas comuns. Na segunda forma, faz-se a comparação entre países diferentes com o objetivo de definir os elementos opostos. Um estudo comparativo destas características implica:

Primeiro, que a focalização da pesquisa seja centrada nos contrastes mais importantes de cada país; e

Segundo, que os contrastes sejam significativos.

A comparação é feita de duas formas diferentes. Como exemplo de estudo entre países com situações de contrastes significativos, cita-se o estudo do sociólogo José Maravall (1995), em que se comparam países da América Latina com países do Sul e do Leste da Europa, contrastando as causas comuns que impulsionaram a democracia em regimes diferentes. Entre os fatores que incidem está o perfil dos partidos políticos ou o fortalecimento da sociedade civil. Inspirado na estratégia comparativa formulada por Weber, o pesquisador de sociologia política Friedbert Rüb publicou, com base em sua tese de pós-doutorado, o livro *Schach dem Parlament. Regierungssysteme und Staatpräsidenten in den Demokratisierungsprozessen Osteuropas* (2001) (O parlamento questionado. Sistemas de governos nos processos de redemocratização nos países da Europa do Leste), propõe um modelo para analisar o contexto político e sócio-histórico em que foram feitas as constituições destes países.

Para a obtenção destes dados, foram construídos três grupos de variáveis. O primeiro grupo de variáveis, denominado “precedentes”, é composto por variáveis referentes à identificação dos elementos históricos. No segundo grupo, denominado “independentes”, são identificados os mecanismos causais tais como a insegurança, a eficiência das instituições, o significado de futuro e a capacidade de ação política. Para finalizar, o terceiro grupo, “intervenção”, compreende variáveis referentes aos próprios interesses nas instituições e à formação do estado nacional.

A segunda etapa consiste em comparar casos opostos. Um exemplo é o estudo dos estados que cercam o mar mediterrâneo, divididos entre os países do norte e os países do sul da bacia mediterrânea. A partir daqui podem ser definidos como industrializados e modernos os países do norte e como em fase de industrialização os países da bacia do sul do mediterrâneo.

Um estudo quantitativo entre países, denominado “Desigualdade e morbidade” (1993), com especial referência às políticas sociais de saúde, foi feito por Caïs, Castilla, de Miguel. Neste estudo, pretende-se demonstrar que a mortalidade e a morbidade dependem e estão associadas ao desenvolvimento. Para isso, são analisados diversos países da União Europeia (países considerados homogêneos), além dos Estados Unidos, Japão e Austrália. Com a intenção de assegurar um controle das variáveis que se quer manter constantes, aparece uma série de vantagens e desvantagens. Com a análise da relação entre desenvolvimento e nível de hospitalização, são revelados fenômenos causais que incidem nas diferenças entre os países. Na análise da relação entre expectativa de vida da população e desenvolvimento, fica evidente que a proximidade geográfica não é uma forma ideal de obter uma homogeneidade entre países.

Um exemplo de estudo qualitativo entre países no âmbito educativo é o estudo da Fonte Acenha, *Programa Nacional de Autogestão para o Desenvolvimento Educativo PRONADE* (2000, p.47-64). Neste estudo, são comparadas duas experiências de participação comunitária nos serviços de educação financiadas pelo Estado: o Programa de Educação com Participação da Comunidade (EDUCO), de El Salvador, e o Programa Nacional de Autogestão para o Desenvolvimento Educativo (PRONADE), da Guatemala. O objetivo do estudo é avaliar o impacto econômico, social e político, bem como os aspectos positivos que levam em conta o processo de transferência de competências do governo central às comunidades. Na matriz comparativa, são analisados os seguintes aspectos:

- Objetivos principais das organizações
- Objetivos específicos
- Gestão de projeto
- Modalidade
- Estratégias
- Equipe de trabalho
- Participação e organização comunitária

- Funções
- Incentivos de participação dos pais de família
- Funcionamento
- Indicadores de eficiência
- Cobertura
- Alfabetização de adultos
- Impacto social
- Equidade
- Sustentabilidade
- Condições de êxito
- Educação

5. Gestão pública comparada

A lição mais importante da denominada Nova Gestão Pública é o problema das “suposições inarticuladas” (PERLMAN, s.d.), ou seja, a dificuldade que se enfrenta quando se elegem marcos de referência para comparar a atividade humana. O que é importante para o êxito da denominada Nova Gestão Pública não são as mudanças materiais na gestão, tais como infraestrutura ou edifícios, mas as mudanças de valores, de comportamentos e das ideologias praticadas pelos próprios gestores e produtores de serviços. Na agenda da Nova Gestão Pública, não aparecem estes valores, eles aparecem de forma totalmente secundária. Também estão ausentes nos estudos científicos quer sejam como variáveis dependentes ou variáveis independentes, devido, em parte, à dificuldade de mensurá-los. O enfoque denominado “lições aprendidas”, utilizado nas agências de desenvolvimento internacionais, promove um conhecimento útil. Não se trata de um conhecimento prescritivo e tampouco necessariamente normativo. Não aponta o conhecimento do que se deve fazer para ter êxito nos assuntos da gestão pública, senão o que pode ser feito para evitar o fracasso e aumentar as possibilidades de êxito.

Sobre as possibilidades e potencialidades da gestão pública comparativa, Pliscoff e Monje (2003, p.6), inspirando-se nos preceitos da política comparativa estabelecidos por Casteglioni (1995), afirmam: “Busca explicar as diferenças assim como as semelhanças entre países; explora padrões, processos e regularidades existentes entre sistemas sociais” (...). A gestão pública visa a desenvolver proposições gerais ou hipóteses que possam descrever e explicar tais tendências, sem com isso forçar a redução de processos diferentes à uniformidade.

6. Análise entre regiões

Uma especificidade deste tipo de análise são os estudos comparativos entre regiões ou áreas territoriais definidas política ou socialmente. Nestes tipos de estudos, são utilizados basicamente dados agregados a nível nacional. Este tipo de análise pretende combinar uma estratégia de variáveis com a estratégia de casos. No processo de comparação, é necessário delimitar a variável independente. O objetivo é, a partir de uma hipótese previamente formulada, tentar descobrir as possíveis similitudes entre as diferentes áreas analisadas.

7. Comparação de construtos teóricos

Esta comparação não é uma estratégia simples. Baseando-se neste último exemplo, existem diversos tipos de “Estados de bem-estar” que compreendem diversas competências, atribuições e responsabilidades frente à sociedade. Do mesmo modo que diversos estudos utilizam o termo “Regime de bem-estar” (ESPING-ANDERSEN, 1990), aparece a questão teórica: O que entendemos por “Estado de bem-estar”? Na referência clássica de Estado de bem-estar, está a análise das políticas públicas relacionadas com a transferência de renda e os serviços sociais. O conceito mais amplo de “Regime de bem-estar” faz referência às políticas econômicas, ao papel do estado na gestão e à distribuição da economia (emprego, salários, aposentadorias).

8. Métodos

As estratégias de pesquisa comparativa compreendem o estudo de casos e o estudo de variáveis. Neste tópico, são expostos os métodos de análise que correspondem a cada uma das estratégias: o método comparativo e o método estatístico. O método comparativo pode ser utilizado com base em duas técnicas diferentes: os sistemas similares e os sistemas diferentes.

Embora os métodos sejam similares, aparecem diferenças no momento da eliminação de variáveis. Na técnica de sistemas similares, são escolhidos os objetos de pesquisa que têm o mesmo número de variáveis, excetuando a variável independente, que é o fenômeno a ser analisado. Na técnica de pesquisa dos sistemas diferentes, as variáveis externas são eliminadas. Cada uma destas estratégias comporta um método, uma lógica e algumas técnicas diferentes (Quadro 2).

Quadro 2. Diferenças entre os dois métodos e tendências de análise.

	Variáveis	Método	Estratégia	Lógica	Técnicas
Sistemas	Escolhem	Comparativo	Estudo de	Indutiva	Basicamente

similares	objetos similares com independência das variáveis	entre dois ou mais processos sociais ou fenômenos	caso	Observação Hipótese Experimentação	qualitativas
Sistemas diferentes (também sistemas similares)	As variáveis externas se eliminam	“Método estatístico”. Estudo de variáveis	Método comparativo: método para descobrir relações empíricas entre variáveis	Indutiva Dedutiva	Estatísticas Sistemas similares / diferenças

Fonte: Elaboração própria.

9. Casos e variáveis

A análise de casos e a análise de variáveis aparecem estritamente vinculadas à dicotomia entre a metodologia qualitativa e a metodologia quantitativa. A primeira trata da compreensão global – holística – do objeto, enquanto a segunda trata da explicação do objeto a partir da compreensão das características, embora esta dualidade esteja presente na maioria dos estudos. Com frequência cada vez maior, estão sendo utilizadas estratégias de pesquisa que combinam as duas metodologias. O tamanho e a amplitude das amostras das pesquisas comparativas dependem:

- Dos objetivos da ciência social comparativa. Trata-se de explicar fenômenos e variações macrossociais ou interpretar fenômenos históricos. (Diferenças entre o conceito de “Estado” em Weber e em Durkheim).
- Da dicotomia entre as duas maneiras de mostrar argumentos teóricos. (Diferença entre o denominado “Estado de bem-estar” e o “Regime de bem-estar”).
- Do número limitado de teorias analíticas que podem ser utilizadas.
- Dos erros técnicos que favorecem a generalização.

10. Indicadores

No âmbito da administração pública, diversos autores e estudos têm sugerido uma grande variedade de propostas de indicadores de gestão, embora muitos deles atribuam diferentes denominações para um mesmo conceito. Nos estudos, têm sido construídos diferentes tipos de indicadores pelos organismos públicos e pesquisadores. Do ponto de vista de sua classificação, eles podem ser classificados em dois níveis: indicadores primários e indicadores secundários. Os indicadores primários se baseiam em dados estatísticos, alicerçados na origem da soma de fatos homogêneos e repetitivos. Já os indicadores secundários tratam de combinações baseadas em

indicadores primários e dependem de efeitos ou aspectos específicos que se pretende medir (economia, qualidade etc.) em relação ao controle de um fator concreto. Por este motivo, são denominados indicadores de produtividade parcial.

Na área epistemológica das Ciências ambientais, a Sociologia do desenvolvimento e a Sociologia ambiental, indicadores de sustentabilidade, têm adquirido nas duas últimas décadas uma importância determinante para a mensuração dos índices de contaminação das águas, da atmosfera, ou da qualidade de vida. A complexidade dos indicadores para sustentabilidade e a Agenda 21 são exemplos disso. Atualmente, cientistas sociais vêm propondo indicadores relacionados à “dimensão psicológica” e ao “campo emocional”, relacionando diversos tipos de indicadores – “Caminhada ecológica”, Painel de sustentabilidade, Barômetro de Sustentabilidade” - com a Psicologia ambiental (PAULISTA; VARVAKIS; MONTBELLER-FILHO, 2008, p.185-200).

11. O estudo de caso

A estratégia de pesquisa estudo de caso é considerada um método simples ou de pouco destaque dentro das Ciências sociais. Não obstante, nos últimos anos, sua utilização vem se estendendo amplamente para todo tipo de pesquisa nas ciências sociais. Este método é frequentemente utilizado no nível das Dissertações de mestrado e também, em alguns casos, em Teses de doutorado. Particularmente, considero, por diversas razões, embora não se necessite de um grande marco teórico, que deve haver clareza nos passos metodológicos, análise de uma questão central, adaptabilidade em diferentes pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. O estudo de caso é adequado para as exigências e os requerimentos acadêmicos das dissertações de mestrado.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa. Cada estratégia representa uma série de vantagens e desvantagens, dependendo basicamente de três aspectos:

- 1) Que tipo de questões norteadoras ou perguntas são estabelecidas;
- 2) Que tipo de controle tem o pesquisador sobre o fenômeno a ser estudado; e
- 3) Que tipo de fenômeno se pretende estudar.

Robert Yin (2001, p.20) oferece uma orientação epistemológica para quem decide utilizar a estratégia do estudo de caso a partir de duas perguntas centrais que o pesquisador deve formular: “como” tem lugar um fenômeno concreto e “por que” se desenvolve desta forma. Estas duas questões básicas permitem entrever a estratégia da pesquisa (Quadro 3).

Quadro 3. Estratégias de pesquisas exploratórias e descritivas.

ESTRATÉGIA	FORMA DA QUESTÃO DE PESQUISA	EXIGE CONTROLE SOBRE EVENTOS	FOCALIZA ACONTECIMENTOS CONTEMPORANEOS?
Experimento	Como, por que	Sim	Sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos, quanto	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto	Não	Sim / não
Pesquisa histórica	Como, por que	Não	Não
Estudo de caso	Como, por que	Não	Sim

Fonte: Adaptado de *Cosmos Corporation* e Yin (2001).

O estudo de casos, (MARTINS, 2006; YIN, 2001), se baseia em uma estratégia que trabalha com um número pequeno de casos definidos teoricamente (*small-n*), sendo o método mais importante o método comparativo. Um estudo de caso é uma pesquisa empírica que, segundo Yin (2001, p.32), investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. São amplamente reconhecidas as possibilidades metodológicas dos estudos de caso como estratégias para a obtenção de conhecimento nas Ciências sociais. Nos debates e aportações recentes de cientistas políticos, eles têm se aprofundado nos limites e possibilidades deste tipo de pesquisa. Rezende (2011, p. 299) sintetiza estas aportações em quatro dimensões temáticas:

i) Relativo à validade dos estudos de caso. O problema surge a partir da questão sobre a hipótese de os estudos de caso poderem se configurar como alternativas plausíveis à “produção de inferências”, ou seja de conhecimento.

ii) Refere-se à questão da seleção dos dados com base em questões como o possível viés na seleção das entrevistas e, como resultado, as possíveis imprecisões nos resultados das pesquisas.

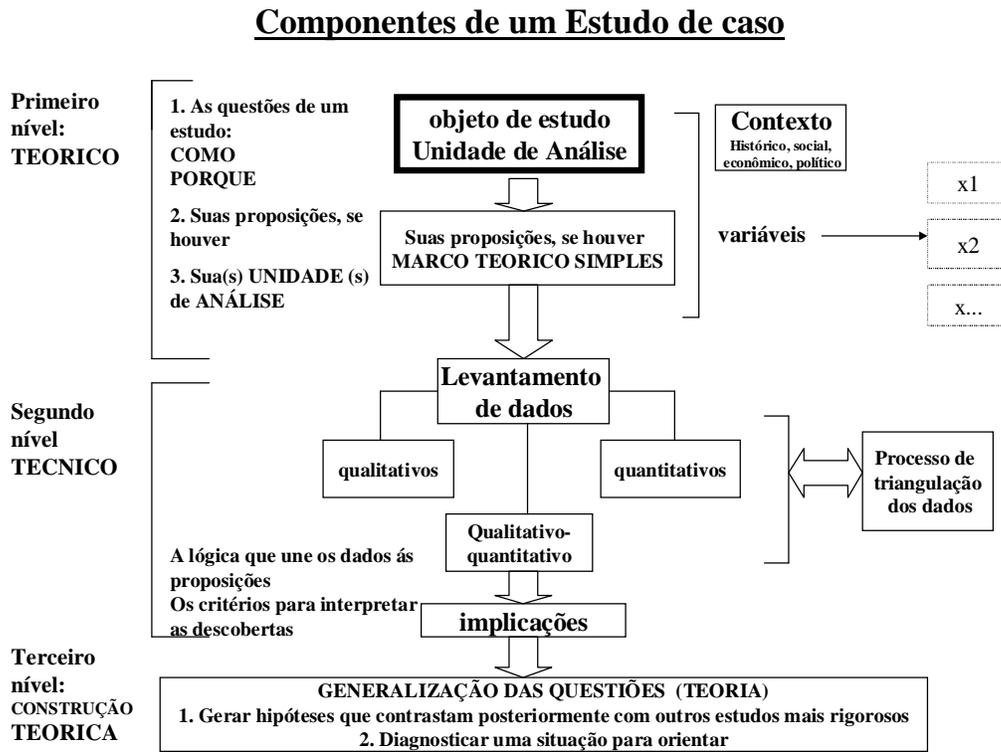
iii) Refere-se aos conceitos e tipologias em que se baseiam os estudos de caso. A questão está intimamente interligada com as bases epistemológicas estabelecidas pelo pesquisador e a procura da causalidade do fenômeno.

iv) Questões relativas à estratégia e à peracionalização do estudo de caso nas pesquisas aplicadas.

A estratégia de análise do método comparativo e as técnicas de pesquisa podem ser classificadas em a) de sistemas similares e b) de sistemas diferentes. Ambas as técnicas têm uma lógica similar, consistindo esta lógica em fatores causais isolados quando não em eliminação de outras variáveis. Na técnica de sistemas similares, são escolhidos objetos de pesquisa que são similares ao máximo de variáveis. Na técnica de sistemas diferentes, são eliminadas as variáveis externas e selecionados os sistemas não diferenciados para comparar o fenômeno a pesquisar. As técnicas são basicamente de caráter qualitativo, embora não se descarte também a utilização de técnicas quantitativas.

Os componentes e os diferentes passos de um estudo de caso são organizados em torno de dois níveis. O primeiro nível, denominado “conceitual”, usualmente não exige uma “Grande teoria” explicativa, salvo em caso de se utilizar algum marco teórico quando se trata de microteorias. Estas microteorias ou marcos teóricos ajudam a conformar os conceitos que serão analisados. O elemento dentro deste primeiro nível é denominado “unidade de análise” (uda). A “uda” deve estar o mais concretizada possível, fazendo referência à maneira como foram formuladas as questões básicas da pesquisa. Yin define a unidade de análise: “está relacionada à maneira como as questões iniciais da pesquisa foram definidas” (Ibid., p. 44).

Figura 5. Componentes de um estudo de caso.

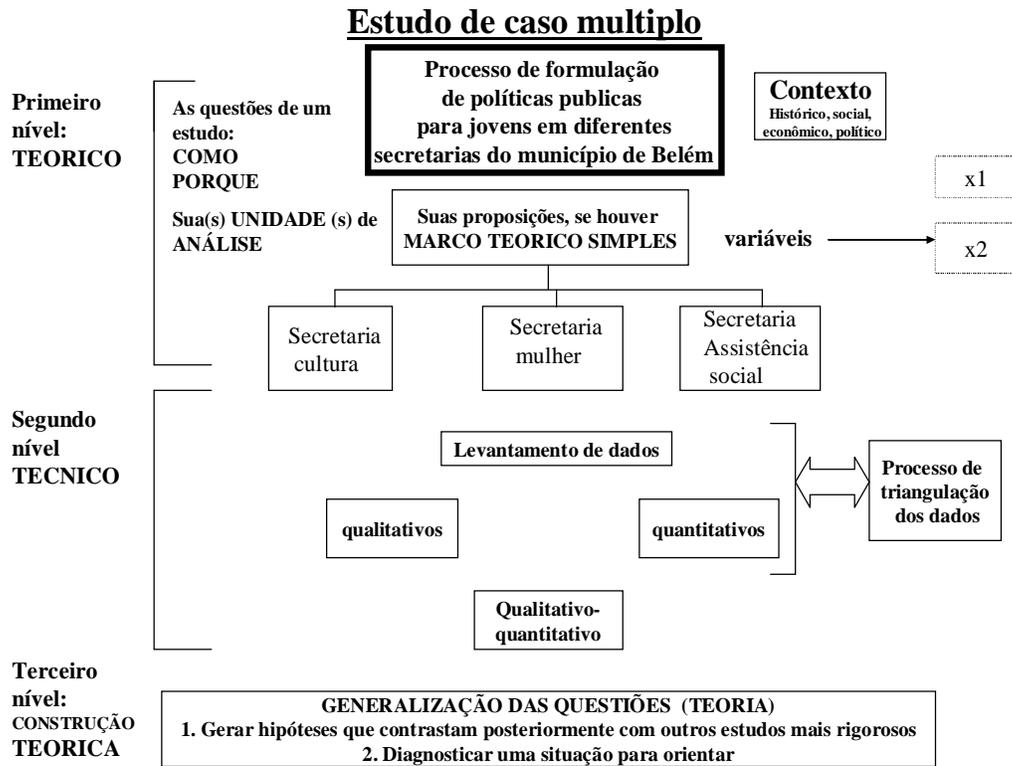


Fonte: Elaboração própria.

O segundo nível – nível técnico – se refere ao levantamento de dados no qual se prioriza a metodologia qualitativa. Por fim, para assegurar a veracidade destes dados, faz-se uma triangulação de dados, ou seja, busca-se contrastar as diferentes fontes utilizadas.

O estudo de caso múltiplo faz referência à análise de um mesmo fenômeno social em diversos agentes (instituições, secretárias municipais, associações etc.) a partir de uma mesma unidade de análise (Figura 6).

Figura 6. Estudo de caso múltiplo.



Fonte: Elaboração própria.

Referências

- ALVES-MAZZOTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Los tres mundos del Estado del Bienestar*. Valencia: Ediciones Alfons el Magnánim: 1993.
- FUCHS, D.; RUCHT, D. Support for New Social Movements in Five Western European Countries. In: *Paper presented for the ESF/ESRC Conference on Political Participation in Europe*. Manchester, 1990.
- GABRIEL, O. W. (Hrsg.). *Die EG-Staaten im Vergleich. Strukturen, Prozesse, Politikinhalt*. Bundeszentrale für politische Bildung, Opladen, 1992.
- BARMES, S.; KAASE, M. (Eds.). *Political Action. Mass participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills-London, 1979.
- BENDIX, R. *Nation Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order*. New York, 1964.
- BRÜSEMEISTER, T. *Qualitative Forschung. Ein Überblick*. Wiesbaden: VS Verlag, 2008.
- CAIS, J. *Metodología del análisis comparativo*. Madrid: Centro Investigaciones Sociológicas, 1997.
- CALDERA, A.; JARQUÍN, E.(Edit.). *Programas sociales, pobreza y participación ciudadana*. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington. D.C.: 2000.
- CONNILL, E. M.; MENDONÇA, M. H.; PEREIRA, R. A. P. S.; GAWWRYSZEWSKI, V. *Organização dos serviços de saúde: a comparação como contribuição*. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X199100000004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de abril, 2009.
- CORREA, J. J. *A metodologia comparada e a gestão da política educacional, 2011*. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/posters/0075.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro, 2012.
- DE FUENTES, M. C. Programa Nacional de Autogestión para el Desarrollo Educativo PRONADE. In: CALDERA, A.; JARQUÍN, E. (Edit.). *Programas sociales, pobreza y participación ciudadana*. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C., 2000.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.
- ESSER, H. *Soziologie. Allgemeine Grundlage. Band I: Situationslogik und Handeln*. Frankfurt a.M./New York, 2000.
- INGRAHAM, P. W. Studying State and Local Management Systems: Why We Need to Do it. In: INGRAHAM, P. W. *In Pursuit of Performance: management Systems in State and Local Government*. Baltimore, Maryland. The Johns Hopkins University Press, 2007.

- KETTL, D. En busca de claves de la gestión pública: Diferentes modos de cortar la cebolla. In: BOZEMAN, B. (edit.) *La gestión Pública su Situación Actual*. México: Fondo Cultura Económica, 1998.
- LESEMANN, F. *Reflexiones sobre la comparación y la metodología comparativa*. Disponível em: <www.Lesemann06Esp>. Acesso em: 22 junho, 2011.
- LIJPHART, A. *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- LIÑAN, A. *El método comparativo: fundamentos y desarrollos recientes*. Política comparada, Documento de Trabajo 1, 2008. Disponível em: http://www.catedras.fsoc.uba.ar/abalmedina/Sistemas_Politicos_Comparados_12.pdf. Acesso em: 26 julho, 2012.
- MARAVALL, J. M. *Las reformas económicas en las nuevas democracias*. Madrid: Alianza, 1995.
- MARTINS, G. A. *Estúdio de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa*. São Paulo: Atlas Administração Contabilidade Econômica Editora, 2006.
- MCADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. Oportunidades, estruturas de movilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: MCADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. *Comparative perspectives on Social Movements*, Cambridge University Press, 1996, p. 19-21.
- MORÃES, D. *Análise de Co-Movimentos entre os Mercados de Ações da América Latina e Ásia*, 2005. *Movendo Ideias*, vol. 10. n. 18, 2005, p. 68-85.
- MUCCHIELLI, A. *Diccionario de Métodos Cualitativos en Ciencias Humanas y Sociales*. Madrid: Síntesis, 2001.
- O'DONELL, G. Teoría Democrática e Política Comparada. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, n.4, 1999, p. 577-654.
- PAIGE, J. M. *Agrarian revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: Free Press, 1975.
- PAULISTA, G.; VARVAKIS, G.; MONTBELLER-FILHO, G. 2008, *Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. Ambiente & Sociedade*, XI(1), 185-200.
- PENA, H. W.; AMIN, M. "Análise Comparativa da Dinâmica das Exportações do Brasil e Coreia do Sul no Comércio Internacional: uma aplicação da matriz de competitividade, 1985-2000". *Movendo Ideias*, vol. 10. n. 18, 2005, p. 46-68.
- PEREZ-AGOTE, A.; YNCERA, I. S. (Eds.). *Complejidad y teoría social*. Madrid: CIS, 1996.
- PERLMAN, B. *Algunas lecciones en gestión pública comparada*. Disponível em: Disponível em: <www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/rap/cont/.../art21.pdf>. Acesso em: 12 maio, 2008.
- PICKEL, S.; PICKEL, G.; LAUTH, H. J. *Methoden der vergleichenden Politikwissenschaft: Eine Einführung*. Wiesbaden: VS Verlag, 2009.

- PLISCOFF, C.; MONJE, P. *Método comparado: un aporte a la investigación en gestión*. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá: octubre, 2003.
- REZENDE, F. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6. Julho-dezembro, 2011, p. 297-337.
- ROSETO, J. Análisis comparativo del PMRC del Ecuador y el PMACI de Brasil. In: JARQÍN, E.; CALDERA, P. (ed). *Seminario sobre Programas Sociales, Pobreza y Participación Ciudadana*. Marzo de 1998: Cartagena de Indias. Washington DC: BID, 2000, p. 413-428.
- RÜB, F. *Schach dem Parlament. Regierungssysteme und Staatpräsidenten in den Demokratisierungsprozessen Osteuropas*, 2001.
- RUCHT, D. El impacto de los contextos nacionales sobre la estructura de los movimientos sociales: un estudio comparado transnacional y entre movimientos. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. *Comparative perspectives on Social Movements*, Cambridge University Press, 1996, p. 262-288.
- SANDERS, D. Consideraciones metodológicas en la investigación comparativa entre países. *Revista Internacional Ciencias Sociales*, n. 142, diciembre 1994, 585-593.
- SANTOS, B.S., *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Vol. 1, São Paulo, Cortez Editora, 2000.
- SARTORI, G. *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza, 1999.
- SCHIMANK, U. *Theorien gesellschaftlicher Differenzierung*, Volume 1. Edition, 3. Publisher. Wiesbaden: VS Verlag, Springer, 2007.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. *O uso do método comparativo nas ciências sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, 1998, p.49-87.
- SMELSER, N. *Comparative Methods in the Social Sciences*. Prentice-Hall, 1976.
- STEIN, R. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. (org.) *Política Social no Capitalismo*. Tendências Contemporâneas. São Paulo, Cortez Editora, p 196-219.
- STEPHANOU, M. *Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil*. Civitas, v.5, n.1. 2005, p. 127-160.
- TILLY, C. Social Movements and National Politics. In: BRIGHT, C.; HARDING, S. (eds.). *Statemaking and Social Movements*. Ann Arbor: University of Michigan, p. 297-317, 1984.
- YIN, R. *Estudo de caso*. Planejamento e Métodos, 2001. Porto Alegre: Bookmann, 2001.
- VIDAL, J. *Condiciones sociales sobre el origen de los Nuevos Movimientos Sociales*. Análisis comparativo entre la República Federal de Alemania y España. Universidad de Barcelona, Tesis Doctoral, 1997.

VIDAL, J. Towards a European Education Act. In: Octavi F.; PEDRÓ F.; PUYOL A. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.

_____. A realidade social e externa ao individuo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. *Paper NAEA*, Belém, n. 203, p. 1-32, nov. 2006.

_____. *Condiciones Sociales sobre el origen de los Nuevos Movimientos Sociales*. Análisis comparativo entre la República Federal Alemana y España. Ejemplo de estudio: el movimiento por la paz. Tesis de doctorado. Facultad de Ciencias Económicas, Jurídicas y Sociología, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1997.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. port. de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

WALLENSTEIN, I. *The Politics of the World Economy: The States, the Movements, and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.